

FUCAPE FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ENSINO

MICHELLY CHYSTINA DA SILVA CAVALCANTI

**A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS NOS GOVERNOS
ESTADUAIS BRASILEIROS E SUA RELAÇÃO COM OS CICLOS
POLÍTICOS**

**VITÓRIA
2021**

MICHELLY CHYSTINA DA SILVA CAVALCANTI

**A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS NOS GOVERNOS
ESTADUAIS BRASILEIROS E SUA RELAÇÃO COM OS CICLOS
POLÍTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Soares Monte-Mor.

**VITÓRIA
2021**

MICHELLY CHYSTINA DA SILVA CAVALCANTI

**A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS NOS GOVERNOS
ESTADUAIS BRASILEIROS E SUA RELAÇÃO COM OS CICLOS
POLÍTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 10 de junho de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. DANILO SOARES MONTE-MOR
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

Profa. Dra. ARILDA MAGNA CAMPAGNARO TEIXEIRA
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

Profa. Dra. NEYLA TARDIN
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me ajudado a ganhar cada uma das batalhas travadas para realização deste mestrado;

À minha mãe que me criou e me educou para ser forte e guerreira, não desistindo da luta e transpondo obstáculos em prol dos meus objetivos;

Ao meu marido por entender as vezes que tive de abdicar dos finais de semana ao seu lado para realização do mestrado;

Aos meus filhos que me motivam a cada dia mesmo sem saber, pois tudo que faço é pensando neles;

Aos professores Dr. Danilo Monte-Mor e Dr. Diego Boente pelas valiosas contribuições na elaboração da minha dissertação;

Aos colegas e professores do curso de Mestrado da FUCAPE, pelo convívio e crescimento em algumas calorosas discussões;

Aos amigos que fiz durante a realização do curso de mestrado, que permitiram a troca de conhecimentos e o apoio mútuo, não só nas atividades desenvolvidas, mas também em vários momentos do mestrado.

Ao Ifal, que com sua política de incentivo à qualificação viabilizou a participação de seus servidores nos Curso de Mestrado, permitindo a qualificação de seus colaboradores.

...

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis”
(José de Alencar)

RESUMO

Este estudo objetivou estudar a influência dos ciclos políticos sobre a abertura de créditos adicionais nos estados brasileiros. Utilizando dados coletados em fontes oficiais, avaliou-se o período correspondente aos anos de 2015 a 2019, dos 26 estados Brasileiros e do Distrito Federal. A partir de uma regressão linear com dados em painel, foram analisados os períodos em que houve a abertura de créditos adicionais, comparando os anos eleitorais e anos pré-eleitorais, visando identificar se nestes períodos havia um maior número de créditos adicionais abertos, bem como se havia um incremento nos créditos adicionais, tomando-se como base a dotação inicial, quando os governadores estavam candidatos à reeleição. Foram também analisados os dados referentes à abertura de créditos adicionais frente ao alinhamento político-partidário do chefe do executivo estadual com o federal. Como resultado, concluiu-se que a variável ano pré-eleitoral exerce uma influência significativa e positiva na abertura dos créditos adicionais, ao passo que o ano eleitoral, o alinhamento partidário com o Presidente da República e a candidatura do governador a reeleição não se apresentaram significantes na amostra. O que os resultados sugerem indicam a possibilidade de seu uso no gerenciamento eleitoral.

Palavras-chave: Créditos Adicionais. Ciclos Eleitorais. Governadores. Reeleição. Setor Público.

ABSTRACT

This study aimed to analyse the influence of political cycles on the opening of additional credits in Brazilian states. Using data collected from official sources, the period corresponding to the years between 2015 to 2019, of the 26 Brazilian states and the Federal District, was evaluated. From a linear regression with panel data, the periods in which additional credits were opened, were compared elections and pre-elections years, in order to identify whether in these periods there was a larger number of additional open credits, as well as whether there was an increase in additional credits, based on the initial allocation, when the governors were candidates for re-election. The data related to the opening of additional credits were also analysed in view of the political-party alignment of the head of the state executive with the federal executive. As a result, it was concluded that the variable pre-elections years have a significant and positive influence on the opening of additional credits, according to the elections years, alignment with the President of the Republic and the governor's candidacy for re-election were not significant. in the sample. The results suggest the possibility of its use in electoral management.

Keywords: Additional Credits. Electoral Cycles. Governors. Reelection. Public Sector

.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 CRÉDITOS ADICIONAIS E ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS.....	12
2.2. CICLOS POLÍTICOS.....	16
2.2.1 Período eleitoral e créditos adicionais	18
2..2.2 Reeleição e créditos adicionais.....	21
2.2.3 Alinhamento partidário e créditos adicionais	23
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	26
3.1 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	26
3.1.1 Tratamento inicial dos dados	30
3.2 MODELO DE ANÁLISE	33
3.3 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS	34
3.3.1 Variável dependente	35
3.3.2 Variáveis independentes.....	35
3.3.3 Variáveis de Controle	36
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	42
4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	42
4.2. ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS	44
4.3. RESULTADOS DO MODELO DE REGRESSÃO	48
4.4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	61

Capítulo 1

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece diversas vedações no uso dos recursos públicos, vinculando tal utilização ao orçamento; entretanto a própria Constituição (1988, art. 167, § 3º e art. 62) permite a abertura de créditos adicionais para atender a necessidades urgentes e despesas imprevisíveis (Constituição, 1988).

A Lei nº 4.320 (1964, art. 40), prescreve que se consideram créditos adicionais “as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento” (Lei nº 4320,1964) e Carvalho (2014), afirma que os créditos adicionais estão intimamente ligados as alterações orçamentárias, de modo que comumente são assim denominados, desta forma, relacionam-se diretamente com a execução do orçamento porque representam, na linguagem orçamentária, alterações quantitativas e qualitativas no orçamento aprovado inicialmente.

Keynes (1936), defendeu o Estado como um agente ativo contra a recessão e o desemprego, apontando o Governo como o maior decisor econômico de um país, onde a expansão da economia por meio de novas despesas do governo, seria uma forma de enfrentamento à crise possibilitando a criação de empregos.

Martins e Correia (2015) verificaram que existe uma relação positiva e significativa entre o ano de eleição e os desvios da despesa, concluindo que os governos adotam um comportamento de mais gastos em período eleitoral.

Tal comportamento oportunista também foi identificado em estudo explorando os variados incentivos eleitoreiros enfrentados pelos prefeitos de primeiro mandato no

Brasil que em anos eleitorais alteram o orçamento proporcionando gastos mais visíveis e direcionados, melhorando as chances de reeleição, Klein e Sakurai (2015).

Dentro deste contexto, verifica-se que o ciclo político orçamentário surge de um processo multidimensional que oferece um modelo dinâmico de sinalização em que tanto o eleitorado quanto os candidatos são agentes racionais de utilidade que se beneficiam das assimetrias temporárias de informações sobre a "competência" do líder em exercício na administração do processo de produção de bens públicos, onde aquele que consegue usar o orçamento público com mais visibilidade próximo ao período eleitoral transmite uma boa impressão aos eleitores (Rogoff, 1990).

Gonçalves (2015) pesquisou sobre a influência dos ciclos eleitorais nos investimentos públicos em infraestrutura, e concluiu que existe a influência do ciclo eleitoral nestes gastos (energia, transportes e telecomunicações); conclusão semelhante obteve estudo realizado nos 26 estados brasileiros (Puchale, Pereira, Veloso, & Feistel, 2020).

Para demonstrar a relevância do tema cumpre ressaltar que a modificação do orçamento no Brasil, já foi causa inclusive de *impeachment* de uma presidenta, que realizou modificações no orçamento em desconformidade com os dispositivos legais. (Kanayama et al., 2017).

Baldissera, Costa, Dall'Asta e Fiirst (2019), pesquisaram como as características políticas e eleitorais podem influenciar a abertura de créditos adicionais nos municípios do estado do Paraná, concluindo que para o ciclo eleitoral analisado, houve influência positiva das variáveis "ano eleitoral" e "mandato eleitoral" com a abertura de créditos adicionais.

Em que pese a importância do tema relativo à modificação dos orçamentos, verifica-se que vários trabalhos trataram de orçamento, porém a literatura acerca das modificações neste orçamento prévio ainda é tímida e pouco explorada (Kanayama, Tomio, & Robl Filho, 2017), de modo que a pesquisa é relevante por existir uma lacuna de pesquisa nos estados brasileiros, de modo que não foram localizados estudos referentes a abertura de créditos adicionais relacionando tais créditos com ciclos políticos nestas unidades federativas.

Diante de todo o exposto, surge o problema que é: **Nos Estados Brasileiros, existem influências dos ciclos políticos na abertura de créditos adicionais?**

O objetivo da pesquisa é levantar os dados referente a abertura de créditos adicionais nos Estados brasileiros e verificar sua relação com os ciclos políticos estaduais, se a utilização de tal recurso guarda relação com ano eleitoral e pré-eleitoral, se tal relação se aplica quando o governador está candidato à reeleição, se sofre influência quando o governador é do mesmo partido do presidente.

O tema se justifica pelo fato de existir uma necessidade de previsão de receitas e despesas para o exercício seguinte por parte dos entes federados, onde a LRF estabelece os limites a serem gastos por cada ente, onde a abertura de créditos adicionais se mostra como uma ferramenta legal para modificar o orçamento em casos especiais. Diante desta realidade, necessário verificar se fatores relacionados aos ciclos políticos interferem ou não na abertura de tais créditos adicionais nos estados brasileiros.

As bases de dados foi o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), da qual foram levantadas: as dotações iniciais de cada estado e os valores referentes aos créditos adicionais, quando abertos, por meio de consulta aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREOs). Quanto aos

dados pertinentes aos ciclos políticos, estes foram coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A abertura de créditos adicionais foi colocada em função dos fatores políticos: Ano Eleitoral (AnoEleitoral), Ano Pré-Eleitoral (AnoPreEleit), Governador Candidato à Reeleição (GovReeleição) e Alinhamento Partidário com o Presidente (GovPartPresid), utilizando-se como variável de controle as regiões onde os estados estão localizados, a dotação inicial, PIB per capita, GINI e População.

Como contribuição teórica, este trabalho buscou a inclusão no rol de pesquisa brasileiro da correlação entre os créditos adicionais e fatores políticos eleitorais nos estados brasileiros, como contribuição prática espera-se traçar o perfil da utilização dos créditos adicionais abertos nos estados brasileiros de modo a identificar a sua relação com os ciclos políticos no período de 2015 a 2019.

Como delimitação da pesquisa cita-se a base de dados do SINCONFI cujas informações eram limitadas em termos de período, o que reduziu o escopo temporal da pesquisa para o período de 2015 a 2019, além da ausência de informações referente aos estados do Amazonas e Paraíba durante todo o período.

Esta pesquisa está dividida em cinco capítulos: o capítulo um, capítulo atual é a introdução; o dois, o referencial teórico e o desenvolvimento das hipóteses de pesquisa; o três, a metodologia de pesquisa e o modelo de regressão a ser utilizado; o quatro, com a análise dos dados e o capítulo 5 com as conclusões e considerações finais.

Capítulo 2

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CRÉDITOS ADICIONAIS E ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS

O orçamento público é um instrumento no qual é expresso o programa de atuação do poder público identificando a origem e o montante dos recursos a serem arrecadados e a natureza e valor total dos gastos a serem executados (Santos, 2011).

Orçamento público é tema primordial para o entendimento das políticas públicas em todos os países, sendo um tema inerente a múltiplas disciplinas, uma vez que engloba ciências econômicas, contábeis, administrativas e políticas, de modo a promover a integração e complementação entre estas ciências a fim de proporcionar um melhor entendimento do complexo mundo do orçamento. (Rocha, 2001).

Neste contexto, observa-se que no Brasil é muito utilizado o orçamento incremental, cujo principal expositor é Aaron Wildavsky, onde o orçamento é elaborado a partir do orçamento precedente, efetuando-se pequenas modificações visando apenas o incremento no orçamento, focando em mudanças não substanciais que são realizadas no decorrer de sua execução (Ollaik, Wenceslau, Serpa, & Medeiros, 2010).

A flexibilidade orçamentária é extremamente importante, pois permite ao governo modificar a programação da despesa pública de modo a melhor alocar os recursos (Scaravelli, 2001).

Rocha (2001), partindo do pressuposto que créditos adicionais são instrumentos que modificam, durante o ano, o orçamento previsto inicialmente, buscou

tratar os dados relacionados a tais créditos e analisar o seu montante, visando identificar uma padronagem no comportamento para sua abertura e concluiu que a abertura de créditos adicionais no Brasil, referente ao período de 1995 a 1999, estava relacionada com o modelo incremental, com características de orçamentos de países pobres e ainda ligados a acontecimentos maiores como crises e a federalização da dívida dos estados.

Nos termos do Decreto nº 32.598 (2010, art.16) os créditos adicionais são autorizações para gastos não previstos ou computados de forma insuficiente na Lei Orçamentária Anual, objetivando o atendimento de: Insuficiência de previsão de recursos ou recursos não alocados no planejamento orçamentário; atendimento de despesas que não foram previstas, mas que são extremamente necessárias.. (Decreto nº 32.598, 2010, art.17).

A definição dos créditos adicionais consta na Lei n.º 4.320/64 onde preceitua no artigo 40 que são: “as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento” (Lei nº 4.320, 1964, art. 40)

No mesmo diploma legal, consta que os créditos adicionais dividem-se em suplementares, quando se destinem a reforçar dotação orçamentária; especiais, os reservados a despesas que não tenham tido dotação orçamentária específica; extraordinários, quando visem ao atendimento de despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública. (Lei nº 4.320, 1964, art.41)

Ante o exposto, verifica-se que cada estado tem seu orçamento previamente elaborado, de modo que os recursos a serem utilizados no ano subsequente já estão previstos pelo ente. No entanto, existe a possibilidade de um incremento no orçamento inicialmente previsto de modo a atender as necessidades imprevistas, insuficientes

e/ou urgentes do ente por meio da abertura de Créditos Adicionais (Lei nº 4.320, 1964).

Estudo a partir da análise de uma base de dados sobre créditos adicionais referente ao período de 2011 a 2016, relacionado ao impeachment de uma presidenta e modificações no orçamento em desconformidade com os dispositivos legais, concluiu que o orçamento anual sempre permitirá modificações por meio de créditos adicionais, sendo necessário a garantia da observância do interesse democrático e a previsibilidade das finanças públicas (Kanayama et al., 2017).

Estudo realizado com municípios italianos concluiu que o orçamento inicial e a sua reorganização devem ser vistos como os componentes de um mesmo processo anual, devendo ser projetados e gerenciados de forma integrada e alinhadas com o planejamento orçamentário e com o controle das despesas públicas e outras ferramentas gerenciais (Alessina, 1987).

Para Anessi-Pessina et al. (2012), o orçamento público pode ser visto como um processo composto por orçamento inicial e reorientação ou modificação do orçamento, onde esta é menos visível do que a primeira, sofrendo estímulos devido a necessidades gerenciais, interesses políticos, ou pressões ambientais, afetando vários serviços e funções governamentais em diferentes extensões.

A modificação orçamentária deve ainda ser vista com o fato de que quase todos os governos do mundo possuem ciclos orçamentários anuais, culminando com o primeiro ano do mandato eleitoral ter um orçamento previsto pelo governante anterior (Di Francesco & Alford, 2016), onde as prioridades do governo podem ser diferentes.

Em que pese as discursões acerca do oportunismo político, a literatura internacional sugere que as modificações no orçamento são necessárias e

importantes para se atingir os objetivos do governo, pois o orçamento é apenas uma previsão de receita, podendo ser afetado por crises econômicas e outros fatores que diminuam a arrecadação (Bağdigen, 2001).

Os créditos adicionais são utilizados de forma rotineira e denotam poder na atividade orçamentária dos governantes, permitindo que o Poder Executivo modifique recursos públicos sem a prévia participação do Poder Legislativo; no entanto, apesar de ser um tema relevante, ainda é pouco explorado no Brasil os estudos sobre os créditos adicionais, seja na área do Direito ou nas Ciências Políticas. (Kanayama et al., 2017).

Para Wildavsky (1982) as decisões sobre orçamento são predominantemente políticas, uma vez que necessitam da aprovação do governante para serem efetivadas, neste cenário o meio político fornece o embasamento para o processo decisório, estando inclusa neste a opinião pública e a base para os gastos propostos por algumas classes profissionais, políticas e sociais.

O incrementalismo no orçamento público foi objeto de estudo em cidades italianas, onde se concluiu que o orçamento inicial e a reorientação devem ser vistos como os componentes de um processo anual, que assumem características específicas em cada organização; e devem ser projetados e gerenciados de forma integrada alinhadas com o sistema de planejamento e controle e outras ferramentas gerenciais (Alesina, 1987).

Bağdigen (2001), avaliando os sistemas orçamentários, concluiu que a percepção do orçamento varia em relação as circunstâncias de modo que o orçamento não deve ser considerado apenas em termos de aspectos contábeis observando e controlando os gastos públicos, mas também econômicos,

administrativos e aspectos políticos de aumentar a eficácia e a eficiência das atividades públicas.

Estudo realizado nos municípios do estado do Espírito Santo, delimitando apenas os créditos adicionais suplementares buscou identificar se a utilização de tais créditos aumentava a possibilidade de rejeição das contas do município ou sua aprovação com ressalva pelo Tribunal de Contas do Estado, referentes a 2008-2011, de modo que os resultados encontrados indicaram que o aumento no uso de tais recursos não produz maior risco de rejeição das contas públicas, ainda que ultrapassado o limite legal, em que pese o resultado indicativo de aumento da probabilidade da aprovação das contas com ressalva (Milanezi & Monte-Mor, 2017).

Por tudo que foi enunciado neste tópico, verifica-se que o incrementalismo é uma maneira de simplificar a tomada de decisão relacionada ao que fazer com o orçamento público, reduzindo o número de alternativas e seu grau de inovação em relação às políticas atualmente em curso (Lindblom, 1959), de modo que como o orçamento incremental não possui grandes mudanças, abre espaço para a abertura dos créditos adicionais, permitindo ao governante modificar este orçamento inicialmente posto.

2.2. CICLOS POLÍTICOS

A Teoria dos Ciclos Políticos pode ser demonstrada quando existe conflitos entre o principal (sociedade) e os agentes (gestor público), no que diz respeito ao gerenciamento dos recursos financeiros, físicos e humanos, buscando explicar as consequências políticas das ações adotadas pelos poderes executivos quando são levados a agirem em detrimento ao seu próprio interesse, como no caso das eleições (Queiroz, 2015).

Neste contexto, ressalta-se os ensinamentos de Downs (1957) onde os agentes na divisão do trabalho realizam sua função social principalmente como um meio de alcançar seu interesse privado, como o gozo da renda, o prestígio ou poder, de modo que governadores são levados à agir por seus próprios motivos egoístas, sendo a agência na divisão do trabalho que tem o poder de coagir todos os demais agentes da sociedade.

Hibbis (1977) afirma que os governantes podem (e fazem) influenciar a taxa de desemprego e de inflação, utilizando para isso o manuseio de ferramentas que permitem modificar a política monetária e fiscal do ente público, ou seja a modificação do orçamento, desta forma a política macroeconômica gera calorosas discursões e até mesmo conflitos entre os políticos e os diversos grupos de interesse que tentam defender sua categoria..

Rogoff (1990) aduziu que tanto na ciência econômica quanto na ciência política existem percepções acerca da coincidência das eleições e dos ciclos econômicos, de modo que os governantes em geral aumentam seus gastos em períodos eleitorais.

Anessi-Pessina et al. (2012) a partir de amostras dos municípios italianos, durante o período de cinco anos (2003–2007), concluíram que as modificações orçamentárias são fortemente afetadas por variáveis políticas e que ocorre um aumento dos gastos públicos em anos eleitorais, interferido na reordenação orçamentária, que a princípio deveria se justificar apenas por questões técnicas.

Paralelo ao conflito de agência, cabe a observação acerca da competência do gestor público, uma vez que um administrador competente é capaz de fornecer um determinado nível de bens públicos a um nível mais baixo de impostos do que um incompetente, e como o cargo de administrador-chefe é considerado uma grande

honra, o líder recebe adicional "aluguéis de ego" de X por período no cargo. (Rogoff, 1990).

Desta forma, conforme demonstrado por Keynes (1936), o Estado é um agente ativo contra a recessão e o desemprego, sendo o Governo um maior decisor na economia de um país, de modo que uma possível solução para crises seria a expansão da economia por meio de novas despesas do governo, possibilitando a criação de empregos.

Bağdigen (2001), ressaltou que o pensamento keynesiano levou muitos economistas a considerar o orçamento público muito além do que uma ferramenta governamental legislativa, pois também é instrumento para o setor político, econômico, contábil e administrativo do setor público.

2.2.1 Período eleitoral e créditos adicionais

Anessi-Pessina et al. (2012) a partir de amostras dos municípios italianos, durante o período de cinco anos (2003–2007), buscaram testar hipóteses sobre os principais fatores de revisão do orçamento e concluíram que a reorientação orçamentaria é fortemente afetada pelo grau de incrementalismo no orçamento inicial bem como por vários processos internos e externos determinantes, como variáveis políticas, características organizacionais, condições financeiras, condições socioeconômicas locais e meio Ambiente; concluiu também que há o aumento dos gastos no ano politicamente carregado, o que interferiu na reordenação de despesas ao invés se justificar puramente por questão técnica.

Rogoff (1990) afirma que economistas e cientistas políticos há muito estão intrigados com a coincidência das eleições e dos ciclos de política econômica, uma

vez que durante os anos eleitorais, governos em todos os níveis frequentemente se envolvem em uma onda de consumo, em que os impostos são cortados, as transferências são aumentadas e as despesas governamentais são modificadas para projetos com alta visibilidade imediata, onde a provável causa é que os políticos em exercício, independentemente de suas listras ideológicas, querem convencer o eleitorado de que ele está fazendo um trabalho eficiente no governo.

Estudo realizado nos municípios capixabas, referente ao período de 1998 a 2013, concluiu que o resultado fiscal destes municípios possuem uma inclinação deficitária nos períodos eleitorais, apresentando logo após uma tendência de superávit nos anos posteriores a eleição, indicando um comportamento repetitivo a depender dos ciclos eleitorais (Johanson, 2016).

Para demonstrar o uso dos recursos no período eleitoral visando a eleição, Nordhaus (1976) demonstra que a taxa de desemprego e inflação são manipuladas em todo o regime eleitoral, à medida que as eleições se aproximam, a taxa de desemprego será diminuída, até que, na véspera das eleições, a taxa de desemprego seja reduzida ao ponto puramente míope, concluindo que quanto maior o período eleitoral, maior o ciclo político dos negócios..

Bartoluzzio e dos Anjos (2020) analisaram como incentivos políticos e eleitorais podem influenciar a administração fiscal nos municípios do Brasil e suas consequências nos resultados eleitorais, concluíram que nos anos onde há eleições é possível verificar melhores condições fiscais, no ano posterior as eleições, este resultado é contrário, demonstrando que o resultado das decisões do gestor não ficará visível para os eleitores de forma imediata no período em que ocorre as eleições, os governantes tendem a utilizar de mecanismos fiscais para impedir que o

equilíbrio fiscal seja afetado nos períodos cruciais e adiar o pagamento para depois das eleições, aliando a gestão fiscal com o recebimento de votos

Queiroz et al. (2019) ao pesquisar sobre a influência do mandato eleitoral sobre as despesas públicas identificou o mandato eleitoral como uma variável apta a influenciar os gastos públicos nos estados brasileiros nos períodos em que há o pleito eleitoral.

Ribeiro Filho (2011) pesquisou os efeitos da Emenda Constitucional n. 16 de 1997, que permitiu o instituto da reeleição e concluiu que a composição da despesa pública tende a sofrer influência do período eleitoral, em todos os níveis de governo brasileiro, ou seja, nas esferas estadual, municipal e federal, indicando um possível oportunismo nos períodos eleitorais.

Neste contexto, verifica-se na literatura que no período eleitoral ou até mesmo no período pré-eleitoral quando as eleições vão se aproximando, os governos tendem a expandir os gastos públicos e usar dos meios possíveis para aumentar sua visibilidade política, de modo que torna-se necessário verificar se dentro destas modificações existentes durante os ciclos eleitorais estão as modificações por meio da abertura dos créditos adicionais, desta forma surge então a primeira hipótese da pesquisa:

H1 - Os períodos eleitorais exercem influência positiva e significativa na abertura dos créditos adicionais nos estados brasileiros.

A teoria do ciclos políticos traz em linhas gerais a contextualização da hipótese principal, no entanto esta necessita de complementação de variáveis para ser melhor atendida, desta forma novas formulações são necessárias para analisar o problema

em sua amplitude, razão pela qual é necessário avaliar a referida hipótese com base nas seguintes variáveis:

2.2.2 Reeleição e créditos adicionais

Os candidatos que têm maior margem de manobra para cortar impostos e aumentar os gastos do governo antes das eleições, são mais propensos a fazê-lo também após as eleições, de modo que a diferença fundamental entre o líder titular e seu oponente é que o público pode inferir algo sobre a competência recente do titular, mas não tem como inferir nada sobre a competência do oponente. Para os eleitores, a escolha é basicamente entre reeleger o titular ou selecionar um agente da população em geral, todos os quais parecem idênticos inicialmente (Rogoff, 1990).

Klein e Sakurai, (2015) afirmam que os diferentes incentivos eleitorais enfrentados pelos prefeitos que estão em primeiro mandato (que são aptos para a reeleição) e prefeitos de segundo mandato apontam para diferenças fiscais significativas, uma vez que durante as eleições, os prefeitos de primeiro mandato diminuem as receitas da própria tributação local e mudam sua composição orçamentária, passando das despesas correntes para as relacionadas ao capital.

Estas alterações orçamentárias são realizadas de modo a não prejudicar o equilíbrio orçamentário e as despesas totais dos municípios, que em linhas gerais permanecem inalteradas, no entanto a mudança de composição orçamentária visa maximizar as chances de reeleição do gestor alterando a composição do orçamento em anos eleitorais com gastos mais visíveis e direcionados (Klein & Sakurai, 2015).

Nakaguma (2020) procurou identificar as principais causas da existência dos ciclos eleitorais na política fiscal dos entes estaduais do Brasil e concluiu que os

eleitores recompensam o oportunismo político, embora tal efeito venha diminuído ao longo dos anos. Necessário evidenciar que a literatura empírica existente sobre ciclos orçamentários políticos tem, de forma geral, ignorado os efeitos das limitações de prazo sobre o oportunismo fiscal conforme Klein e Sakurai (2015);

Queiroz et al. (2019) pesquisaram como o mandato eleitoral influencia os gastos públicos dos governos estaduais brasileiros nos 26 estados, no período de 2003 a 2014, utilizando a técnica de regressão com dados em painel concluíram que o oportunismo comportamental se resume aos governadores que exercem o primeiro mandato e as modificações se restringem aos investimentos, de modo que foi percebida uma modificação na composição das despesas públicas rumo aos investimentos nos ciclos eleitorais estaduais onde o governador estava em seu primeiro mandato.

Estudo realizado nos municípios do estado do Espírito Santo acerca da influência dos investimentos públicos sobre a reeleição dos prefeitos encontrou indícios que o eleitorado capixaba tende a reconduzir os prefeitos que na proximidade das eleições incrementam os investimentos públicos. (Dias, Nossa, & Monte-Mor, 2018).

Estudo realizado nos 26 estados brasileiros referente ao período de 2003 a 2014 também encontrou evidências da influência do período eleitoral sobre as despesas orçamentárias e os gastos com investimentos, evidenciando que as despesas socioeconômicas nos estados brasileiros estão relacionadas com os ciclos políticos oportunistas (Puchale, Pereira, Veloso, & Feistel, 2020).

Ademais, Bartoluzzio e dos Anjos (2020) analisaram como incentivos políticos e eleitorais exercem influência na gestão fiscal dos municípios brasileiros e suas consequências no produto do pleito eleitoral, concluíram que apesar de indicarem melhores condições fiscais nos anos em que ocorre eleição, eleitorais, tal situação é modificada no ano posterior.

Sendo assim, verifica-se na literatura uma inclinação dos governantes em aumentar sua visibilidade quando estão candidatos à reeleição, de modo que o uso dos recursos públicos de forma mais direcionada pode aumentar suas chances de reeleição, sendo necessário verificar se o uso dos créditos adicionais sofrem modificação nesta situação, surgindo assim a segunda hipótese da pesquisa:

H2: O fato de o governador estadual estar candidato a reeleição exerce influência positiva e significativa na abertura dos créditos adicionais nos estados brasileiros.

2.2.3 Alinhamento partidário e créditos adicionais

Os partidos eleitorais em uma sociedade democrática criam políticas como instrumento de obter votos, eles não procuram obter cargos para executar certas políticas pré-concebidas ou para servir grupos de interesse específicos; em vez disso, formulam políticas e atendem a grupos de interesse para obter cargos de modo que a função social de criar e desenvolver as políticas públicas é uma consequência de seus interesses (Dows, 1957).

Com relação a ideologia partidária, estudo realizado nos Estados Unidos mostrou que os dois principais partidos políticos concordavam em fundamentos e ofereciam alternativas políticas aos eleitores com pequenos pontos de diferença, onde

as partes favoreciam o emprego e o alcance de uma divisão útil do trabalho, de modo a refletir o ajuste mútuo substituindo a negociação de grupos de interpolação no poder, indicando que não é possível a previsão das consequências dos movimentos políticos (Lindblom, 1959).

O alinhamento partidário ou por meio de coligação se torna relevante quando se considera que o administrador público é responsável por formular políticas, no entanto suas decisões devem ser integradas às decisões de outras pessoas formando o mosaico das políticas públicas (teoria da organização), de modo que a seleção final combinaria a escolha entre valores e os instrumentos para atingir os objetivos. Lindblom (1959)

Alesina (1987) apresenta resultados não relacionados aos eventos irracionais inerentes ao voto e mostrou que como a interação repetida de partidos políticos pode reduzir a volatilidade excessiva das políticas, sendo benéfica em todos os casos em que interrupções frequentes e drásticas de políticas associadas a mudanças nas administrações são caras e podem ser evitadas se as partes reconhecerem que a adoção de um código político comum faz com que os constituintes sejam os que melhor se destacam a longo prazo, pois evita-se flutuações econômicas.

Pesquisa realizada sobre o critério do voto, obteve como resultado confirmatório que a qualidade do candidato percebida pelo eleitor de baixa renda repercute no voto destes eleitores, que geralmente também possui fidelização a algum partido político (Costa Júnior et al., 2015).

Gonçalves (2015) pesquisou sobre a influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura, utilizando modelo de regressão em painel com efeitos fixos, concluiu que existe a influência do ciclo eleitoral nos gastos em infraestrutura (energia, transportes e telecomunicações) e identificou um impacto

negativo nestes gastos quando o governador é do mesmo partido do presidente, contrariando sua expectativa na pesquisa.

No contexto, considerando que os partidos políticos criam as políticas públicas como forma de angariar votos e se perpetuar no poder, verifica-se que uma possível aliança entre os chefes do executivo pode viabilizar o objetivo de conseguir mais votos, desta forma, necessário verificar se existe um incremento no uso dos créditos adicionais quando há um alinhamento partidário entre os chefes do executivo estadual e federal, surgindo a terceira hipótese de pesquisa:

H3: O Fato de o Governador estadual pertencer a uma coligação que possui alinhamento com o partido político do presidente exerce influência positiva e significativa na abertura dos créditos adicionais nos estados brasileiros.

Capítulo 3

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

O universo amostral foi composto por um total de 26 estados juntamente com o Distrito Federal que compõem os entes federativos estaduais da unidade federativa do Brasil, compreendendo o período dos últimos 05 anos, ou seja, de 2015 à 2019.

Desta forma, a pesquisa é quantitativa-descritiva, pois utiliza-se métodos formalizados, que se assemelham aos dos projetos experimentais, que caracterizam-se pela precisão e pelo controle estatísticos, visando o fornecimento de dados para se verificar as hipóteses, empregando técnicas quantitativas, tendo por objetivo a coleta sistemática de dados sobre amostras de populações (Markoni & Lakatos, 2020), que no caso são os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal

O objetivo da pesquisa foi abranger todos os estados brasileiros, os dados referentes aos créditos adicionais dos estados de Amazonas e Paraíba não estavam disponibilizados no SICONFI para o período analisado, razão pela qual buscou-se outras fontes de pesquisa e tratamento de dados oportunamente discriminados no item pertinente.

A coleta de dados se deu exclusivamente por meio de pesquisas na internet coletadas no período junho a julho de 2020, e incrementados em dezembro e janeiro de 2021, a partir do site do SICONFI, por meio do link referente a informações de cada estado, onde consta o “Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentaria”, anexo 14, de onde foram extraídas as informações acerca da abertura de Créditos Adicionais e também sobre a Dotação Inicial.

Verifica-se nas Portarias da STN n. 86 de 2014, 702 de 2014, 743 de 2015, 841 de 2016 e a 896 de 2017 que apenas no exercício de 2015 o RREO foi inserido no SICONFI (Salles, 2019), razão pela qual o sistema SICONFI não possui informações referentes ao RREO anteriores a este exercício, de modo que a pesquisa foi limitada pela fonte de dados.

Importante ressaltar que as informações constantes no SICONFI são declaratórias, logo não foram submetidos a auditorias para confirmação acerca dos valores.

No que concerne a informações sobre os governadores candidatos à reeleição foram coletadas no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informações acerca dos governadores de cada ente estadual, inclusive do Distrito Federal, eleitos em 2014, a partir desta lista foi comparado cada governador, de cada estado, com a relação de todos os candidatos ao governo do referido estado no ano de 2018, pois não foi possível localizar no site do TSE quais os governadores estavam candidato a reeleição, de modo que foi necessário uma comparação caso a caso.

Para informações acerca do alinhamento partidário do governador com Presidente da República no período da amostra, foram levantadas as informações acerca do partido político/coligação pela qual o governador foi eleito, a partir daí, foram comparadas tais informações com as informações referentes ao partido pelo qual o Presidente da República foi candidato, sendo estas informações também conseguidas por meio do site do TSE, mais precisamente na parte que trata das estatísticas.

Desta forma, considerando que no Brasil existem partidos de Direita, de esquerda e uma nova construção que são os partidos de centro, para avaliar o alinhamento partidário com o Presidente da República a metodologia utilizada apenas

comparou o partido do Presidente com a coligação partidária da qual fazia parte o governador no ato da candidatura.

Quanto à presidência da República, foram considerados os três Presidentes do período, nos dois primeiros anos a presidenta do PT Dilma Russel (2015-2016), nos dois anos seguintes o Presidente do PMDB Michael Temer (2017 e 2018) e no ano de 2019 o Presidente Jair Bolsonaro que se candidatou pelo PSL, em que pese o fato deste em 2020 está sem filiação partidária.

O período relativo ao ano eleitoral e pré-eleitoral foi considerado com base nos anos em que foram realizadas eleições para governadores e para Presidente da República, também no site do TSE. Considerando também o que estabelece a Constituição Federal em seu art. 77 acerca da realização das eleições no ano anterior ao início do mandato.

A partir das informações obtidas no site do SICONFI foi encontrada a variável dependente para cada um dos estados brasileiros onde os créditos adicionais foram abertos, comparando-se tais créditos com os ciclos políticos eleitorais a partir da nomenclatura do ano eleitoral e do ano pré-eleitoral, e ainda se o governador estava candidato a reeleição ou não bem como se seu partido possuía alinhamento com o partido do Presidente da República.

Quanto ao período temporal utilizado na amostra este reflete a totalidade dos dados disponíveis, uma vez que as informações sobre créditos adicionais só estavam disponibilizadas pelo SICONFI para o período avaliado.

Para montar a variável referente a governador candidato a reeleição não foi relevante a sua efetiva reeleição e sim a sua candidatura, uma vez que o objeto de

estudo é o comportamento do governador com relação a abertura de créditos adicionais com o objetivo de ser reeleito, independente do êxito neste pleito.

As informações coletadas foram organizadas em painel devido ao fato de se enquadrarem em uma “série temporal” e em uma “ordem temporal”, visando a formalização do “processo estocástico” (Wooldridge, 2016). Tal procedimento ocorreu por meio do uso de planilhas eletrônicas MS Excel®, sendo os dados tratados estatisticamente por meio do software Stata 16.

Com o auxílio do software Stata foi realizado o estudo de outras medidas econométricas, com as variáveis winsorizadas, com e sem o estimador robusto de White, para testar a robustez dos resultados apresentados.

Foram utilizados os testes de Pearson e de Spearman para verificar a existência de correlação ente as variáveis, em que pese a preferência do Spearman ao teste de Pearson, uma vez que no modelo econométrico a maioria das variáveis são dummies. No entanto como também existem variáveis não binárias manteve-se ambos.

Para concluir a análise das relações diretas, também foi realizada a análise do fator de inflação de variância (VIF), que é utilizado para verificar se existe multicolinearidade entre as variáveis no modelo. Segundo Hair et al. (2009), multicolinearidade elevada, com VIF acima de 10, afeta a compreensão dos efeitos das variáveis, interferindo na unicidade destes efeitos.

Para identificar se a regressão com dados em painel era adequada aos dados utilizados na pesquisa, foi aplicado o teste estatístico de Hausman, objetivando avaliar a consistência de um estimador comparado a um outro estimador alternativo, no caso,

se os efeitos da regressão seria melhor demonstrado utilizando efeitos fixos ou aleatórios.

Os valores referentes aos créditos adicionais foram tratados de modo a adicionar os valores/efeitos da inflação do período, utilizando para tal o IPCA (índice de preços ao consumidor amplo) sendo os valores trazidos para 2019, de modo a ficarem todas na mesma base.

3.1.1 Tratamento inicial dos dados

Os dados coletados no sistema do SICONFI apresentaram algumas inconsistências referente a abertura dos créditos adicionais conforme Tabela abaixo:

TABELA 1- TRATAMENTO INICIAL DOS DADOS				
ANO	ESTADO	CRÉDITO ADICIONAL SICONFI	INCONSISTÊNCIA	RESULTADO APÓS TRATAMENTO
2015 2016 2017 2018 2019	Amazonas	Não informado	Não há valor	974.678.968,97 1.720.120.894,18 2.262.479.284,00 1.703.098.667,24 3.652.226.219,84
2015 2016 2017 2018 2019	Paraíba	Não informado	Não há valor	554.236.847,29 995.331.227,56 936.084.731,56 1.078.553.467,84 1.059.371.047,55
2015	São Paulo	0	Valor igual a "0"	6,864,155,271.35
2015	Mato Grosso	16.289.113.216,10	Valor superior a Dotação Inicial do Estado	699.994.261,63
2015	Rio Grande do Sul	-2.303.837.573,66	Valor negativo	2.303.837.573,66
2016	Alagoas	0	Valor igual a "0"	2.418.396.809,95
2017	Espírito Santo	0	Valor igual a "0"	1.245.190.656,06
2018	Rio Grande do Norte	0	Valor igual a "0"	2.486.938.221,06

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no SICONFI.

Nota: Permite observar que algumas informações relativas a créditos adicionais não estavam disponíveis ou apresentavam inconsistências na plataforma do SICONFI, e o respectivo valor após o tratamento dos dados.

Com base na tabela acima, alguns estados não abriram CredAdicional, sendo os seguintes: São Paulo (SP), 2015; Alagoas (AL), 2016, Espírito Santo (ES), 2017; Rio Grande do Norte (RegNorte), 2018, no entanto, tais informações não se apresentam verossímeis, uma vez que o orçamento inicial é apenas uma previsão e a probabilidade de se acertar com exatidão os valores é muito baixa.

Os estados de Amazonas e Paraíba não informaram os valores referentes a abertura dos Créditos Adicionais em todo o período avaliado (2015 a 2019).

O estado que informou o maior valor referente a abertura de CredAdicional foi o estado do Mato Grosso no exercício de 2015, somando um total de R\$ 16.289.113.216,10, também foi proporcionalmente o que mais abriu créditos adicionais, totalizando um percentual de 119% sobre a Dotação Inicial, no referido ano.

O estado do Rio Grande do Sul, também no exercício de 2015, teve um saldo negativo de Abertura de Créditos Adicionais de R\$ -2.303.837.573,66, porém ao efetuar o tratamento Dotação Inicial, encontrou-se o mesmo valor, com o sinal positivo.

Diante dos dados expostos na tabela, percebe-se que os estados de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, ambos em 2015, apresentaram valores extremos que poderiam enviesar a amostra, bem como os estados que apresentaram informações que não abriram Créditos Adicionais ou aqueles que simplesmente não informaram sobre a abertura.

Para estas situações buscou-se outras fontes de informações capazes de melhor representar os dados referentes aos créditos adicionais, de modo que foram buscadas informações nos sites dos tribunais de contas dos referidos estados e até

mesmo no portal da transparência, no entanto tal busca foi infrutífera, seja porque houve dificuldades de busca, seja pelo fato de tais informações estarem idênticas ao Siconfi, seja pelo fato do portal do TCE remeter ao portal da transparência do estado e ainda pela falta de padronização dos portais.

Desta forma, a maneira de padronizar tais informações utilizando uma mesma metodologia de tratamento foi trabalhando com as informações referente a dotação inicial e a dotação atualizada de cada ente, encontrando o valor do crédito adicional com base na diferença entre a dotação atualizada e a inicial, de modo a se aproximar o máximo possível da realidade dos referidos entes, sendo tais valores expressos na tabela 1.

Para o tratamento mencionado considerou-se que a dotação atualizada é a dotação inicial somada aos valores relativos aos créditos adicionais do exercício de referência e somada ainda as atualizações monetárias. (Mcas, 2018)

Assim, conforme apontado na Tabela 1, os dados que não foram informados pelos estados ou que possuíam valores não verossímeis, foram tratados, resultando em valores mais aproximados da realidade para estes entes, com exceção do estado de Sergipe, cuja dotação atualizada era igual a dotação inicial, de modo que o valor do crédito adicional foi retirado da amostra, por ser muito extremo, evitando assim enviesar a pesquisa pelo outlier.

Para concluir, todos os valores constantes na base de dados foram trazidos para o exercício de 2019, conforme já informado, e os valores que apresentaram outliers foram winsorizados a 5%.

3.2 MODELO DE ANÁLISE

O objeto da análise da regressão é o “estudo da dependência de uma variável, a variável dependente, em relação a uma ou mais variáveis”, as variáveis independentes, com o objetivo de “estimar e/ou prever o valor médio (da população)” da variável dependente a partir de valores que já se conhece ou que já foi fixado anteriormente em amostras repetitivas (Gujarati & Porter, 2011).

Para verificar a relação das variáveis independentes sobre a abertura de créditos adicionais, utilizou-se a técnica de regressão linear múltipla com dados em painel (Fávero, Belfiore, Silva, & Chan, 2009). A abertura de créditos adicionais (CredAdicional) foi colocada em função dos fatores políticos: Ano Eleitoral (AnoEleitoral), Ano Pré-Eleitoral (AnoPreEleit), Governador Candidato a Reeleição (GovReeleição) e Alinhamento Partidário do Governador com o Presidente (GovPartPres) e das demais variáveis de controle. Desta forma, tem-se a Equação que apresenta o modelo utilizado.

$$CA_{it} = \beta_0 + \beta_1 AE_{it} + \beta_2 APE_{it} + \beta_3 GCR_{it} + \beta_4 APP_{it} + \sum \text{Controles} + e$$

Onde:

CA (CredAdicional)= Crédito Adicional do estado i no período t

AE (AnoEleitoral)- Ano Eleitoral do estado i no período t

APE (AnoPreEleit)- Ano Pré-eleitoral do estado i no período t

GCR (GovReeleição)- Governador Candidato a Reeleição do estado i no período t

APP (GovPartPresid)- Alinhamento Partidário com o Presidente do estado i no período t

Controles:

DotInicial- Dotação inicial

RegNorte - Região Norte

RegNordeste - Região Nordeste

RegSul – Região Sul

RegCentroOeste - Região Centro Oeste

RegSudeste- Região Sudeste

PIBPCap- Produto Interno Bruto Per Capita

População- População do ente em milhão

GINI- Índice que mede o grau de concentração de renda/desigualdade social.

Para realizar a tabulação e organização dos dados da pesquisa, utilizou-se o MS Excel®, já para realizar a estatística descritiva, teste de Hausman e regressão, utilizou-se o software estatístico Stata®.

A partir da utilização do modelo de análise espera-se que os betas (β) sejam significativos estatisticamente, isto é, diferentes de zero, confirmando as hipóteses de influência a respeito da variável dependente (crédito adicional), conforme enunciadas no referencial teórico, capítulo 2.

3.3 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Para identificar e otimizar a mensuração dos efeitos que dificilmente poderiam ser percebidos de forma simplificada em “um corte transversal puro ou em uma série temporal pura”, usa-se os dados em painel (Gujarati & Porter, 2011).

3.3.1 Variável dependente

Conforme já informado, a variável dependente é a Abertura de Créditos Adicionais. Como está se refere a valores que possuem uma amplitude alta, foi convertida e representada por um logaritmo natural das autorizações de despesas não dotadas na lei de orçamento.

3.3.2 Variáveis independentes

Após a delimitação da variável dependente, necessário traçar os fatores que podem influenciar nesta variável dependente. O que pode influenciar na abertura dos créditos adicionais nos estados brasileiros.

Para verificar tal situação é necessário verificar se é ano eleitoral ou pré-eleitoral, se o governador está candidato a reeleição ou se este possui alinhamento partidário com o presidente da República, desta forma a conclusão acerca da situação acima narrada depende de análise das variáveis independentes:

1) Ano Eleitoral (AnoEleitoral)- Verificar se no ano que ocorre eleição existe uma tendência de o chefe do executivo estadual utilizar de meios legais para aumentar seu orçamento, para tanto a variável eleitoral será expressa em forma de dummy, utilizando 1 se for ano eleitoral ou 0 caso o ano não seja eleitoral.

2) Ano Pré Eleitoral (AnoPreEleit)- Verificar se no ano que antecede as eleições estaduais existe uma tendência de o chefe do executivo estadual utilizar de meios legais para aumentar seu orçamento, para tanto a variável eleitoral será expressa em forma de dummy, utilizando 1 se for ano pré-eleitoral ou 0 caso o ano não seja eleitoral.

3) Governador Candidato a Reeleição (GovReeleição)- As informações referente ao governador candidato a reeleição foram obtidas a partir da coleta de cada um dos governadores eleitos em 2014, sendo esta relação comparada com a relação de todos os candidatos a governador no mesmo estado no ano de 2018, por meio de consulta ao site do TSE, mais especificamente <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Para o caso de o governador estar candidato a reeleição foi adotada a dummy 1, caso contrário 0, durante todo o período de 04 anos (GovReeleição); também foi realizado um teste utilizando a dummy 1 apenas nos anos eleitoral e pré-eleitoral, (GCR2).

4) Alinhamento Partidário com o Presidente (GovPartPresid) – As informações referentes ao alinhamento partidário com o Presidente da República foram coletadas no site do TSE, verificando qual o partido pelo qual o presidente foi eleito para o exercício em análise e posteriormente comparado se o partido político do governador, ou sua coligação partidária engloba ou pertence ao mesmo partido político do Presidente da República, considerando este o partido do ato da eleição utilizando uma dummy com valor 1 caso afirmativo e 0 caso negativo.

3.3.3 Variáveis de Controle

Por fim, temos as variáveis de controle, conforme abaixo:

1- Dotação Inicial (DotInicial) – Com o intuito de controlar a variável dependente foram utilizados os valores relativos a Dotação Inicial do referido estado, sendo esta variável representada por um logaritmo natural.

Dotação inicial é o valor do orçamento fixado inicialmente pela Lei Orçamentária, distribuído no âmbito da Unidade Orçamentária, cujos valores

registrados permanecem sem alteração no exercício, uma vez que neste é refletido o posicionamento inicialmente formulado na LOA, com valores fixos (Mcas, 2018).

2- Região Norte (RegNorte) - Variável referente a localização geográfica do estado na Região Norte, sendo usada a dummy 1 para esta situação e 0 caso contrário

3 Região Nordeste (RegNordeste) - Variável referente a localização geográfica do estado na Região Nordeste utilizando uma dummy com valor 1 caso afirmativo e 0 caso negativo.

4 Região Sul (RegSul) - Variável referente a localização geográfica do estado na Região Sul, sendo usada a dummy 1 para esta situação e 0 para situações diferentes.

5- Região Sudeste (RegSudeste) - Variável referente a localização geográfica do estado na Região Sudeste, sendo usada a dummy 1 para esta situação e 0 caso contrário.

6- Região Centro-Oeste (RegCOeste) - Variável referente a localização geográfica do estado na Região Centro-Oeste, sendo usada a dummy caso afirmativo e 0 caso negativo.

7- Produto Interno Bruto Per Capita - Variável referente ao Produto Interno Bruto dos estados dividido pela população, conforme dados divulgados pelo IBGE (PIBPCap)

8-População- Variável referente a população do estado expressa em unidade de milhão (População).

9- GINI- Variável referente ao Índice que mede o grau de concentração de renda/desigualdade social, sendo os valores estimados entre 0 e 1, onde quanto mais

próximo de 0 mais igualdade ao passo que mais próximo de 1 o oposto. Ou seja, a desigualdade social se expressa no grau máximo em 1.

TABELA 2 – RESUMO GERAL DAS VARIÁVEIS

TIPO	VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	MEDIDA	FONTE	LITERATURA	RESULTADOS ESPERADOS RELAÇÃO
Dependente	Crédito Adicional (CredAdicional)	Variável referente a Abertura de Créditos Adicionais em logaritmo natural (ln).	Quantitativa Contínua	SICONFI	Baldissera et al (2019); Kanayama, et al (2017), LOA, CF, Lei 4320/64	Positiva
Independente	Ano Eleitoral (AnoEleitoral)	Variável que visa representar o Ano Eleitoral, utilizada uma dummy 1 para ano eleitoral e 0 caso contrário.	Categórica Nominal	TSE	Bartoluzzio e dos Anjos (2020), . Rogoff (1990), Keynes (1936); Gonçalves (2015); Grosso (2018); Queiroz et al (2019)	Positiva
Independente	Ano Pré Eleitoral (AnoPreEleit)	Variável que visa representar o Ano Pré-Eleitoral, utilizada uma dummy 1 para ano pré- eleitoral e 0 caso contrário	Categórica Nominal	TSE	Klein e Sakurai, (2015), Gonçalves (2015)	Positiva
Independente	Governador é Candidato à Reeleição (GovReeleição)	Variável que indica quando o governador é Candidato à Reeleição, utilizada uma dummy 1 para esta situação e 0 caso contrário	Categórica Nominal	TSE	Klein e Sakurai, (2015), Kanayama, et al (2017),	Positiva
Independente	Alinhamento com Partido do Presidente (GovPartPresid)	Variável que indica o Alinhamento do partido/coligação do governador com o partido do Presidente, , utilizada uma dummy 1 para esta situação e 0 caso contrário	Categórica Nominal	TSE	Kanayama (2017), Gonçalves (2015), Lindblom (1959)	positiva
Controle	Dotação Inicial (DotInicial)	Variável referente a Dotação Inicial do Estado/DF, em logaritmo natural (ln)	Quantitativa Contínua	SICONFI	Mcasp	Proporcional

Controle	RegNorte	Variável referente a localização do estado na região Norte, sendo usado a dummy 1 para esta situação e 0 caso contrário	Categórica Nominal	IBGE	IBGE	positiva
Controle	RegNordeste	Variável referente a localização do estado na região Nordeste, sendo usado a dummy 1 para esta situação e 0 caso contrário	Categórica Nominal	IBGE	IBGE	positiva
Controle	RegSul	Variável referente a localização do estado na região Sul, sendo usado a dummy 1 para esta situação e 0 caso contrário	Categórica Nominal	IBGE	IBGE	negativa
Controle	RegSudeste	Variável referente a localização do Estado na região Sudeste, sendo usado a dummy 1 para esta situação e 0 caso contrário	Categórica Nominal	IBGE	IBGE	negativa
Controle	RegCOeste	Variável referente a localização do Estado na região Centro-Oeste, sendo usado a dummy 1 para esta situação e 0 caso contrário	Categórica Nominal	IBGE	IBGE	negativa
Controle	PIBPCap	Variável referente ao Produto Interno Bruto Per Capita dos estados divulgados pelo IBGE	Quantitativa Contínua	Santos e Alves (2011)	IBGE	negativa
Controle	População	Variável referente a população do estado expressa em milhão	Quantitativa Contínua	Velten (2015)	IBGE	negativa
Controle	GINI	Variável referente ao Índice que mede o grau de concentração de renda/desigualdade social, sendo os valores estimados entre 0 e 1, onde quanto mais próximo de 0 mais	Quantitativa Contínua	IBGE	IBGE	proporcional

		igualdade ao passo que mais próximo de 1 o oposto.				
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

A tabela apresenta todas as variáveis usadas na pesquisa, bem como demonstra o que cada variável mede, como a mesma se comporta, e quais as fontes que embasam o uso destas variáveis.

Capítulo 4

4. ANÁLISE DOS DADOS

As estatísticas descritivas das variáveis estão transcritas abaixo. Foi aplicada a técnica de winsorização para tratamento de valores extremos (outliers) (Shen et al., 2018), para a variável PIBPCap, uma vez que somente esta variável apresentou tais valores. Com relação a variável dependente e a variável Dotação Inicial, as mesmas foram trabalhadas como log. Um fator que contribuiu para não winsorização da maioria das variáveis foi a existência de uma grande quantidade de variáveis qualitativas expressas por dummies.

4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A Tabela 3 demonstra a estatística descritiva da variável dependente, das variáveis independentes e de controles, do presente estudo, na amostra dos estados que contém o total de 27 observações referentes aos 26 estados brasileiros e ao Distrito Federal no período de 2015 a 2019.

TABELA 3 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Variável	média	Desvio padrão	min	max	Nº Obs
CredAdicional	21.233	1.214	17.072	23.174	134
DotInicial	23.80	.957	22.004	26.344	134
GovReeleição	.358	0.481	0	1	134
GovPartPresid	.358	0.48	0	1	134
AnoEleitoral	201	0.402	0	1	134
AnoPreEleit	.201	0.402	0	1	134
RegNorte	.261	0.440	0	1	134
RegNordeste	.328	0.471	0	1	134
RegSul	.111	0.316	0	1	134
RegCOeste	.149	0.350	0	1	134
RegSudeste	.149	0.357	0	1	134
PIBPCapita	27596.97	14670.87	11366.35	87994.97	134
População	7.714	8.976	.505	45.919	134
Gini	.7662	.0513	.6710	.8710	134

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa lançados no software do Stata. A partir dos

dados inseridos no software foi possível encontrar os valores referentes as médias de valores das variáveis com base nas 134 observações analisadas, bem como identificar os valores mínimos e máximos, que para as dummies são 0 e 1, mas que para as variáveis quantitativas contínuas são valores variados. Ressaltando que tanto os valores referentes a Créditos Adicionais como de Dotação Inicial estão em log. Em termos de valores, SP possui a maior Dotação Inicial, que em 2019 foi de R\$ 260 bi, ao passo que a menor foi para o Estado de RR, R\$ 3,67 bi em 2015. Com relação a abertura de Créditos Adicionais, o maior valor foi no RJ em 2018, R\$ 11,6 bi, e o menor valor foi em SE no ano de 2016, R\$ 26 milhões.

A partir da tabela acima observou-se que em média os estados abriram CredAdicional no valor de 21,233 que corresponde a R\$ 2,80 bilhões, sendo que o estado que mais abriu CredAdicional foi no valor de 23.174, (R\$ 11,6 bilhões), e o que menos abriu foi no valor de 17.072 (R\$ 26 milhões).

No entanto, como cada estado brasileiro possui suas peculiaridades, como orçamento e tamanho da população, de forma proporcional ao valor da dotação inicial percebe-se que o estado que menos abriu crédito adicional no período examinado foi o estado de Sergipe, no exercício de 2015, que não usou tal recurso. Em segundo lugar também figura o Estado de Sergipe, no exercício de 2016, que utilizou CredAdicional no importe de apenas 0,28% de sua dotação inicial.

Em contrapartida, o estado de Roraima figura na primeira colocação no uso proporcional de créditos adicionais, utilizando em 2017 um percentual de 33,92 % de sua dotação inicial com créditos adicionais, figurando também em segundo lugar no exercício de 2015, com um percentual de 30,33%.

O estado com maior dotação inicial da amostra foi de São Paulo, em todos os anos do período amostral, que continha o valor de R\$ 260.830.799.996,00 no último ano da amostra, 2019, e a menor Dotação Inicial ficou com o estado de Roraima (RR), apenas R\$ 3,67 bilhões em 2015.

As informações acerca de valores em reais trazidos neste tópico são baseadas em transcrições reais de valores conforme disponibilizado no SIAFI, sem a atualização monetária.

4.2. ANÁLISE DA CORRELAÇÃO ENTRE VARIÁVEIS

As Tabelas abaixo indicam as correlações de Spearman e Pearson entre as variáveis desta pesquisa na amostra dos estados, com significância de 5%.

TABELA 4- TABELA SPEARMAN 5% E PEARSON 5%

	"CredAdicional"	GovReeleição	AnoEleitoral	AnoPreEleit	GovPartPresid	LnDI	RegNorte	RegNordeste	RegSul	RegSudeste	PibPCap	População	GINI
"CredAdicional"	1	0.0946	0.0298	0.0539	-0.1662	0.6944*	-0.4241*	-0.1310	0.2528*	0.4012*	0.4664*	0.5805*	0.4607*
GovReeleição	0.0901	1	0.0903	0.0903	0.0911	-0.0205	-0.1608	0.2731*	-0.0678	-0.1382	-0.1836*	-0.0427	0.0007
AnoEleitoral	0.0507	0.0903	1	-0.2523*	0.0515	-0.0090	-0.0022	0.0053	-0.0013	-0.0016	0.0487	0.0005	-0.0051
AnoPreEleit	0.0623	0.0903	-0.2523*	1	0.0515	-0.0066	-0.0022	0.0053	-0.0013	-0.0016	-0.0161	-0.0033	-0.0341
GovPartPresid	-0.1276	0.0911	0.0515	0.0515	1	-0.0969	0.0164	0.1073	-0.0184	0.0365	-0.1505	-0.0942	-0.0950
LnDI	0.7908*	0.0286	-0.0147	-0.0055	-0.1070	1	-0.5318*	-0.1546	0.3021*	0.5768*	0.5709*	0.8635*	0.6032*
RegNorte	-0.4833*	-0.1608	-0.0022	-0.0022	0.0164	-	1	-0.4157*	-	-0.2490*	-0.3030*	-0.3424*	-0.2937*
RegNordeste	-0.1278	0.2731*	0.0053	0.0053	0.1073	0.5633*	-0.4157*	1	0.2111*	-	-0.6321*	-0.1014	-0.0013
RegSul	0.3142*	-0.0678	-0.0013	-0.0013	-0.0184	-0.1294	-0.2111*	-0.2482*	1	-0.1487	0.3889*	0.0857	0.0419
RegSudeste	0.4391*	-0.0678	-0.0016	-0.0016	0.0365*	0.4716*	-0.2490*	-0.2929*	-0.1487	1	0.4195*	0.6554*	0.4303*
PIBP cap	0.4689*	-0.2435*	0.0633	-0.0111	-0.1455	0.4971*	-0.1601	-0.7412*	0.3730*	0.4159*	1	0.4190*	0.3526*
População	0.7633*	-0.0113	0.0065	0.0046	-0.0765	0.9126*	-0.5404*	0.0863	0.3069*	0.4764*	0.2347*	1	0.5623*
GINI	0.5323*	0.0282	-0.0091	-0.0387	-0.0732	0.6113*	-0.3674*	* 0.0883	0.0303	0.4077*	0.2540*	0.5991*	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa após uso do software STATA. A tabela indica as correlações de Spearman e Pearson, ambas com 5%. Importante destacar que os valores constantes da diagonal principal, representada pela existência do número "1" correspondem a Spearman, enquanto que os valores da diagonal pra cima são referentes a correlação de Spearman.

Conforme observado na amostra dos estados, transladas as observações da tabelas 4 , os resultados apresentados em ambos os testes se assemelham bastante quanto a existência de correlação entre as variáveis, sendo que a grande maioria das correlações são identificadas em ambos os testes, com exceção apenas da inexistência de correlação entre a região norte e o PiB Per Capita no teste de Spearman, presente no teste de Pearson e da inexistência de correlação entre a região sul e a variável população, em que pese a presença no teste de Spearman.

Identifica-se que correlacionam-se significativamente com o crédito adicional, com significância de 5% na correlação de Spearman e Pearson, com o percentual nesta ordem entre parênteses, as variáveis dotação inicial (DotInicial) (79,08 e 69,44), Região Norte (RegNorte) (-48,33 e -42,41), Região Sul (31,42 e 30,21), Região Sudeste (41,93 e 40,12), PIBPcap (46,89 e 46,64), População (46,89e 58,25) e GINI (53,23 e 46,07). Percebe-se que apenas para região norte o sinal é negativo, de modo a indicar que a variável dependente caminha em sentido oposto a esta variável.

A variável Governado Candidato a Reeleição possui correlação positiva com a região nordeste (27,31 e 27,31) e com o PIB per capita (-24,35 e -25,23) indicando que o PIB é inversamente proporcional a variável governador candidato a reeleição.

A Variável ano eleitoral se correlacionou negativamente a variável ano pré eleitoral, tal fato pode ser explicado uma vez que são mutualmente excludentes, pois o ano ou é pré-eleitoral ou é o ano que efetivamente as eleições ocorrem.

Quanto as variáveis ano pré eleitoral e alinhamento partidário com o presidente, verifica-se a ausência de correlações, exceto a citada no parágrafo anterior.

A dotação inicial apresentou uma quantidade grande de correlações. Como a correlação com a variável dependente já foi elencada, cabe demonstrar as seguintes

correlações positivas: Região Sul (35,52 e 30,21), Região Sudeste (47,16 e 57,68), PIBPCap (49,71 e 57,09), população (91,26 e 86,35); e as seguintes negativas Região Norte (RegNorte) (-56,33 e -41,57) e Gini (-36,74 e -29,37)

Com relação as variáveis de regiões, verifica-se uma correlação entre estas, de modo que a região norte se correlacionou negativamente com as regiões nordeste, sul, sudeste e ainda com o PIBPCap, População e Gini. No mesmo diapasão as correlações da região nordeste que também foram negativas com a região sul, sudeste e PIBPCap .

Tanto a região sul como a região sudeste apresentam uma correlação positiva com variável PIBPCap, ao passo que com a variável população apenas no teste de Spearman para região sul e com GINI apenas a região sudeste.

As variáveis PIBPCap, população e GINI apresentam correlação positiva entre si.

Desta forma, nota-se que a única variável, no teste, com alta correlação com crédito adicional (CredAdicional) (acima de 50%) são as variáveis dotação inicial (DotInicial) e a variável população, e apenas do teste de Spearman a variável GINI.

As variáveis com correlação perfeita (coeficiente igual a um), ou quase perfeita (coeficiente próximo a um) não se relacionam na mesma equação de regressão, evitando assim, a multicolinearidade.

Diferentemente do inicialmente previsto, a variável dependente CredAdicional não apresentou correlação com nenhuma das variáveis independentes: AnoEleitoral, AnoPreEleit, GovReeleição e GovPartPresid.

4.3. RESULTADOS DO MODELO DE REGRESSÃO

Para testar as hipóteses de pesquisa de que os períodos eleitorais exercem influência positiva e significativa na abertura dos créditos adicionais nos estados brasileiros, foi executada a regressão com efeitos fixos e com efeitos aleatórios.

Segundo Gujarati (2001) se comparar os resultados do efeito fixo e as regressões do efeito aleatório percebe-se que há diferenças substanciais entre os dois modelos, sendo importante o questionamento acerca da confiabilidade dos resultados, de modo que para a escolha entre os dois modelos pode ser aplicado o teste de Hausman.

Neste diapasão foi executado o teste de Hausman, onde foi identificado que seria mais apropriado a utilização do efeito fixo em virtude do “p” valor, uma vez que identificou-se que a diferença entre os coeficientes dos modelos fixos e aleatórios não é uma diferença sistemática. Isso elimina as dummies de região, que são fixas no tempo, ou seja, em um espaço amostral formado por vários anos, a região será sempre a mesma.

Para os efeitos aleatórios foram encontrados os seguintes resultados na regressão, que contou com um total de 134 observações para os 27 grupos.

TABELA 5- EFEITOS ALEATÓRIOS

CredAdicional	Coeficiente	Std.Err.	P> t
GovReeleição	.0996	.157	0.526
AnoEleitoral	.134	.112	0.231
AnoPreEleit	.238	.108	0.028
GovPartPresid	-.033	.098	0.738
LnDI	.301	.372	0.417
RegNorte	-.229	.644	0.722
RegNordeste	.091	.641	0.886
RegSul	.230	.589	0.695
RegSudeste	-.000	.674	0.999
PIBPCap	.000	.000	0.125
População	.029	.036	0.423

GINI	1.541	3.368	0.647
Cons	11.780	8.442	0.163

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa lançados no software do Stata, onde é possível verificar que apenas para variável AnoPreEleitoral o valor “p” apresentou-se significativo para a regressão rodada.

Para os efeitos fixos, foram encontrados os seguintes resultados:

TABELA 6- EFEITOS FIXOS

CredAdicional	Coeficiente	Std.Err.	P> t
GovReeleição	.041	.162	0.800
AnoEleitoral	.101	.107	0.347
AnoPreEleit	.207	.104	0.051
GovPartPresid	.004	.092	0.964
DotInicial	-1.020	.656	0.123
RegNorte	(omitted)	(omitted)	(omitted)
RegNordeste	(omitted)	(omitted)	(omitted)
RegSul	(omitted)	(omitted)	(omitted)
RegSudeste	(omitted)	(omitted)	(omitted)
PIBPCap	.000	.000	0.081
População	.019	.252	0.938
GINI	-3.743	7.212	0.605
Cons	47.148	16.537	0.005

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa lançados no software do Stata. Verifica-se que na referida regressão tem-se duas variáveis com significância, pois o valor “p” foi inferior a 0,1, desta forma apresentaram-se significantes as variáveis referentes ao ano pré-eleitoral e o PIB per capita.

Após rodar a nova regressão, omitindo os efeitos fixos das dummies de região, obteve-se os resultados expostos acima, de modo que mostra-se mais indicado o uso da regressão com efeitos fixos, ou seja, omitindo as dummies de região, uma vez que estas são fixas no tempo, obtêm-se significância de 5% para a variável AnoPreEleit e de 10% para PIBPCap.:

A partir da análise da regressão é possível verificar que no modelo de efeitos aleatórios apenas a variável AnoPreEleit possui significância, sendo de 5%. A análise da regressão mostrou uma relação positiva das variáveis independentes GovReeleição, AnoEleitoral, e AnoPreEleit com a variável dependente, no entanto tais variáveis não foram estatisticamente significantes no modelo econométrico de efeitos

variáveis. A única variável independente que apresentou relação negativa com CredAdicional foi a variável GovPartPresid.

Considerando apenas os efeitos fixos, verifica-se que todas as variáveis independentes possuem uma relação positiva com a variável dependente. Para as variáveis de controle, encontra-se duas variáveis com relação negativa que são DotInicial e GINI.

A variável Governador Candidato a Reeleição (GovReeleição) não se apresentou significativa para os modelos econométricos dos efeitos fixos e aleatórios, assim como as variáveis AnoEleitoral.

Segundo Hair et al. (2009), multicolinearidade elevada, com VIF acima de 10, afeta a compreensão dos efeitos das variáveis, interferindo na unicidade destes efeitos, desta forma foi realizada a análise do fator de inflação de variância (VIF) para verificar se há multicolinearidade no modelo, onde se constatou que não há indícios de multicolinearidade entre as variáveis, uma vez que o resultado do VIF foi menor que 10.

Sendo assim, no modelo de regressão rodado não há indícios de multicolinearidade .

Como foram apresentados os modelos de efeitos fixos e aleatórios, importante comparar os modelos apresentados.

TABELA 7- COMPARAÇÃO DOS MODELOS (valor “p)

VARIÁVEL	Modelo 1 Efeitos Fixos	Modelo 2 Efeitos Aleatórios
GovReeleição	0.800	0.526
AnoEleitoral	0.347	0.231
AnoPreEleit	0.051	0.028
GovPartPresid	0.964	0.738
LnDI	0.123	0.417
RegNorte	OMITIDA	0.722
RegNordeste	OMITIDA	0.886

RegSul	OMITIDA	0.695
RegSudeste	OMITIDA	0.999
PIBPCap	0.081	0.125
População	0.938	0.423
GINI	0.605	0.647
Cons	0.005	0.163

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa lançados no software do Stata, onde é possível verificar que no modelo de efeitos fixos as variáveis AnoPreEleitoral e PIBPCap apresentaram o valor “p” significativo para a regressão rodada, enquanto que no modelo 2, apenas uma variável foi significativa.

4.4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente estudo, realizado nos estados brasileiros, foram obtidos os seguintes resultados:

Governador Candidato a Reeleição (GovReeleição)

A variável indicada não apresentou significância nos modelos apresentados, este resultado indica que não está comprovado estatisticamente que o fato de o governador estar candidato a reeleição influencia na abertura dos créditos adicionais nos estados brasileiros.

Nos testes de correlação de Spearman, a variável apresentou correlação positiva com as variáveis RegNordeste e PIBPCap, porém todas correlações eram inferiores a 50 por cento., o que indica uma correlação baixa. No entanto, apesar de ser considerada baixa, indica uma relação existente entre a abertura de créditos adicionais com a região nordeste do Brasil e ainda com o PIB per capita, de modo a indicar que existe uma associação positiva, indicando que caminham na mesma direção.

Desta forma, como o modelo adotado foi de efeitos fixos, verifica-se, no presente estudo, que estatisticamente, não se pode afirmar que o fato de o governador

estar candidato a reeleição tem o condão de influenciar, de forma significativa, na abertura dos créditos adicionais pelos governadores nos estados brasileiros.

Em que pese a inexistência de significância para a variável, verifica-se que na regressão a mesma possui sinal positivo, indicando que a mesma caminha na mesma direção dos créditos adicionais.

Sendo assim, diferentemente do inicialmente previsto, e em divergência com os estudos de Ribeiro Filho (2011) e Queiroz et al. (2019) e rejeita-se a hipótese H2: **O Fato de o governador estadual estar candidato a reeleição exerce influência positiva e significativa na abertura dos créditos adicionais nos estados brasileiros.**

Ano Eleitoral

Historicamente percebe-se que a variável ano eleitoral exerce influência significativa sobre o uso dos recursos públicos e ainda sobre o uso do orçamento dos entes públicos. Conforme já elencado no referencial teórico, existe uma tendência do administrador público de modificar o orçamento para demonstrar maior eficiência e transmitir uma ideia de bom administrador para os eleitores, ganhando visibilidade política (Keynes, 1936).

Neste diapasão, importante ressaltar a percepção da imagem do candidato pelo eleitor, que, apesar de apresentar diferenças entre os gêneros dos eleitores brasileiros, no geral a forma de apresentação do candidato em suas campanhas, bem como seus atributos pessoais são capazes de atrair os eleitores (Cristo-Andrade & Monte-Mor, 2019)

A variável se correlacionou apenas com a variável AnoPreEleit, e ainda assim uma correlação negativa, não apresentou correlação com a variável dependente, nem com as demais variáveis independentes, tampouco com as variáveis de controle.

Em nenhum dos modelos econométricos apresentados a variável ano eleitoral apresentou significância, o que significa dizer que do ponto de vista estatístico não é possível afirmar que o ano eleitoral exerce influência significativa sobre a abertura dos créditos adicionais nos estados brasileiros.

Provavelmente, tal fato está associado ao fato de os governadores utilizarem a abertura dos créditos adicionais nos anos pré-eleitorais, de modo que no ano da eleição os políticos utilizam estratégias fiscais para manter o equilíbrio fiscal de forma estratégica, tal observação se respalda nos estudos municipais e estaduais, respectivamente de Bartoluzzio e dos Anjos (2020), de Puchale, Pereira, Veloso e Feistel, (2020) e ainda de Klein e Sakurai (2015).

Estudo com municípios paranaenses encontrou significância no ano eleitoral, Baldissera, Costa, Dall'Asta e Fiirst, (2019), para abertura dos créditos adicionais, no entanto em tal estudo não foi considerada a variável de “ano pré- eleitoral”, de modo que como os orçamentos são feitos no exercício anterior, a existência da variável que analisa o ano pré-eleitoral justifica a divergência.

Ano pré-eleitoral

Conforme já indicado a referida variável se correlacionou apenas com a variável AnoEleitoral nos testes de correlação realizados, mas ainda assim com sinais opostos o que indica que caminham em sentido diferente. Tal resultado era esperado uma vez que as variáveis são excludentes mutualmente.

Na análise da regressão com modelos fixos e aleatórios a variável AnoPreEleit apresentou-se significativa, respectivamente há 5% e 10%, indicando que no ano pré-eleitoral existe uma influência positiva e significativa na abertura dos Créditos Adicionais.

Importante ressaltar que o orçamento é elaborado no ano anterior para ser usado no exercício seguinte, de modo que o resultado indica que no ano imediatamente anterior à eleição existe uma maior abertura de créditos adicionais, o que pode ser explicado pelo fato de que no ano eleitoral o governador tem que manter o equilíbrio fiscal das contas públicas.

O resultado se coaduna com diversos trabalhos que encontraram influência do período eleitoral sobre as contas públicas, como o de Martins e Correia (2015), Keynes (1936), Bartoluzzio e dos Anjos (2020), Gonçalves (2015) e outros

Desta forma, como os períodos eleitorais da pesquisa são representados pelo ano eleitoral e pelo ano pré eleitoral, não rejeita a hipótese 1: **Os períodos eleitorais exercem influência positiva e significativa na abertura dos créditos adicionais nos estados brasileiros.**

O resultado indica que quando se aproxima das eleições os governadores tendem a utilizar mais os recursos do crédito adicional, confirmando a relação positiva esperada no início da pesquisa. Tal comportamento oportunista nos períodos eleitorais já foram identificados em estudos realizados em municípios portugueses, Martins e Correia (2015), em municípios italianos, Anessi-Pessina et al. (2012), e ainda em estudo de Baldissera, Costa, Dall'Asta e Fiirst. (2019) com municípios paranaenses, no Brasil.

A ideia de visibilidade política defendida por Keynes (1936) é confirmada no presente trabalho, onde pode-se verificar um oportunismo político dos governantes nos períodos eleitorais, como também já havia verificado Klein e Sakurai (2015).

Alinhamento Partidário com o Presidente da República (GovPartPresid)

Quando da análise da correlação, a variável GovPartPresid não se correlacionou com nenhuma das variáveis estudadas no modelo, em nenhum dos testes de correlação elaborados.

Ao analisar as regressões, verificou-se que, em nenhum modelo, a referida variável apresentou significância, semelhante ao trabalho de Baldissera, Costa, Dall'Asta e Fiirst. (2019).

Tal resultado é diferente da previsão inicial da pesquisa que previa a influência positiva e significativa de tal variável na variável dependente, indicando que a relação partidária existente entre o governador e o presidente da república não é suficiente para justificar o incremento dos gastos por meio da abertura de créditos adicionais nos estados brasileiros.

Desta forma, contrariando as expectativas inicialmente posta, verifica-se que nos estados brasileiros o alinhamento político partidário (GovPartPresid) do governador com o Presidente da República não exerce influência significativa na abertura dos créditos adicionais.

Quando tal variável foi analisada frente ao aumento dos gastos em infraestrutura em trabalho de Gonçalves (2015), identificou-se um impacto negativo quando o governador era do mesmo partido do presidente.

Em estudo anterior, Baldissera, Costa, Dall'Asta e Fiirst. (2019), também identificaram que o alinhamento partidário do gestor público municipal com o estadual

ou federal não se mostrou significativo nos municípios paranaenses para abertura dos créditos adicionais.

Estudo de Gonçalves identificou influência negativa e significativa no incremento dos gastos públicos em infraestrutura, quando o governador e o presidente eram do mesmo partido, no período de 2013 a 2014; demonstrando que a existência de influência do alinhamento partidário ainda é controvertido.

Desta forma, rejeita-se a terceira hipótese da pesquisa: **O Fato de o governador estadual pertencer a uma coligação que possui alinhamento com o partido político do presidente exerce influência positiva e significativa na abertura dos créditos adicionais nos estados brasileiros.**

Capítulo 5

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa, de modo geral, foi verificar a influência dos ciclos políticos eleitorais na abertura dos créditos adicionais nos estados brasileiros, de modo a levantar os dados referente a abertura de créditos adicionais nestes estados e se a utilização de tal recurso guarda relação com ano eleitoral e pré-eleitoral, se tal relação se aplica quando o governador está candidato à reeleição e ainda se sofre influência quando o governador é do mesmo partido do presidente.

Os resultados encontrados sugerem que a abertura de créditos adicionais pelos estados brasileiros sofre influência positiva e significativa dos ciclos eleitorais, representados nesta pesquisa pela variável AnoPreeleit, em que pese a ausência de significância para as demais variáveis independentes.

Os resultados evidenciaram também, ainda que sem significância estatisticamente relevante, que a abertura de créditos adicionais sofre influência negativa das regiões norte e nordeste, de modo a indicar o pouco uso deste recurso nestas regiões, que são notoriamente as regiões brasileiras mais pobres. Curiosamente a variável população também apresentou sinal negativo.

Verificou-se ainda a existência de influência significativa e positiva do PIB per capita na abertura dos créditos adicionais nos estados brasileiros, indicando que quanto maior o PIB per capita maior a abertura de créditos adicionais nos estados. De modo que esta variável possui poder explicativo na variável dependente.

Desta forma, conclui-se que a abertura dos créditos adicionais nos estados brasileiros sofre influência dos ciclos políticos, conforme resultado estatístico

significante que indicou uma maior abertura dos créditos adicionais no ano pré-eleitoral. O fato de o governador está candidato a reeleição e ainda seu alinhamento partidário com o presidente da república exercer influência nos créditos adicionais, não ficaram comprovados nesta pesquisa

Destaca-se também que o uso dos modelos de regressão com efeitos fixos e aleatórios, permitiu uma análise mais completa e aprofundada acerca das variáveis utilizadas no modelo econométrico proposto, em que pese os resultados não terem se mostrado muito diferentes.

Como contribuição teórica, este trabalho forneceu uma nova perspectiva ao estudo de Queiroz et al (2019), uma vez que estes pesquisaram sobre a influência do mandato eleitoral sobre os gastos públicos dos governos estaduais brasileiros e o presente trabalho delimitou a abertura dos créditos adicionais tomando como referência fatores inerentes aos ciclos políticos.

Ainda contribui com os estudos de Anessi-Pessina et al. (2012), e de Baldissera, Costa, Dall'Asta e Fiirst (2019) e Martins e Correia (2015) indicando que quando se aproxima das eleições os governadores tendem a utilizar mais os recursos do crédito adicional, ou outras alterações orçamentarias, demonstrando um comportamento oportunista nos períodos eleitorais (Keynes, 1936) que já foi identificado em estudos realizados em municípios portugueses, italianos, capixabas e paranaenses.

Como contribuição prática, é possível extrair desta pesquisa informações sobre o comportamento do governador em tempos de eleição, onde este estudo pode servir de base para que o governo ou órgãos de controle adotem diretrizes ou medidas capazes de promover mais controle dos gastos públicos em períodos eleitorais, de modo a intensificar a fiscalização sobre o uso dos recursos públicos, em especial

sobre o uso dos créditos adicionais nos períodos retro mencionados, de modo a verificar o cumprimento da legislação para o uso de tais recursos, que possui limitações legais já citadas no presente trabalho.

Desta forma, a contribuição pratica retro mencionada está em total consonância com a Constituição Federal (Constituição, art. 74, 1988) uma vez que é atribuição dos sistemas de controle interno brasileiro avaliar e fiscalizar o cumprimento dos orçamentos públicos.

Por fim, este estudo ampliou a literatura sobre o uso dos créditos adicionais, a reordenação orçamentária, o uso dos recursos públicos em tempos de eleição e o oportunismo e a visibilidade política dos governantes, identificados há décadas em artigos seminais escritos por Keynes, Rogoff, Lindblon, Hibis, Dows e Aaron Wildascky.

Importante ressaltar que em 2020, com a existência da pandemia da COVID19, o uso de créditos adicionais para medidas de enfrentamento a pandemia, sofreu um incremento significativo. Em que pese este tipo de despesa ser inerente a natureza do crédito adicional, incluir tais dados nesta pesquisa poderia enviesar os resultados.

A abertura de créditos adicionais durante a pandemia do COVID 19 demonstra que o instrumento é muito importante para administração das contas públicas, possibilitando uma resposta do Estado em momentos cruciais, permitindo o enfrentamento das contingencias sem as amarras do orçamento; no entanto, há de ressaltar que o que deve ser evitado é o uso de tal recurso de forma oportunista ou ainda para suprir a ineficiência do planejamento.

Sendo assim, este estudo possui algumas limitações, como a ausência de utilização de outras variáveis que poderiam traçar um perfil social da utilização dos

créditos adicionais, podendo utilizar dados como escolaridade do governante, escolaridade média da população e até mesmo um estudo específico dos créditos adicionais abertos para enfrentamento da pandemia.

Outra limitação importante foi a disponibilidade dos dados referente a variável dependente apenas no período de 2015 a 2019, permitindo a análise de apenas 01 ciclo eleitoral; e ainda a ausência de informações sobre alguns estados, bem como impropriedades em algumas informações que necessitaram de tratamento.

Ante o exposto, sugere-se que este trabalho seja reproduzido utilizando outros indicadores, bem como que se ampliem os estudos nas unidades federativas brasileiras, como em municípios de determinadas regiões ou de determinados estados.

REFERÊNCIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724: Informação e documentação. Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- Alesina, A. (1987). Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *The Quarterly Journal of Economics*, 102(3), 651-678. recuperado em 30 de abril, 2020, de <https://doi.org/10.1590/0034-76121776>
- Alesina, A., & Drazen, A. (1991). Why are stabilizations delayed? *The American Economic Review*, 81(5), 1170-1188. recuperado em 30 de abril, 2020, de <http://www.jstor.org/stable/2006912>
- American Psychological Association. (2010). *Publication manual of the American Psychological Association* (6th ed.). Washington, DC: Author.
- Anessi-Pessina, E. & Sicilia, M. & Steccolini, I. (2016). Budgeting and Rebudgeting in Local Governments: Siamese Twins? *Public administration Review*, PAR. Recuperado em 19 de março, 2020 de <http://www.jstor.org/page/info/about/policies/terms.jsp>
- Bagdigen, M . (2001). Sistemas orçamentários e sua aplicabilidade no setor público. *Erciyes Üniversitesi İktisadi ve İdari Bilimler Fakültesi Dergisi* , (17) , 17-36 . Recuperado de Bağdigen, Muhlis, Budgeting Systems and Their Applicability in Public Sector (2001). *EU IIBF Dergisi*, Vol. 17, pp. 17-36, 2001. Available at SSRN:, recuperado em 30 de abril, 2020, de <https://ssrn.com/abstract=1429403>
- Baldissera, J. F. & Costa, R. F. S. & Dall'Asta, D.& Fiirst, C.. Influência das Características Políticas e Eleitorais Sobre a Abertura de Créditos Adicionais, revista CGG.org. Recuperado em 30 de abril, 2020, de http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2019v22n1a6
- Bartoluzzio, A. I. S. S. & Anjos, L. C. M. Political Cycles and Fiscal Management in Brazilian Municipalities. *Revista de Administração Contemporânea*, vol.24, Curitiba, Mar./Apr. 2020. Recuperado em 30 de abril, 2020 de <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190190>
- Caiden, N., & Wildavsky, A. B. (1980). *Planning and budgeting in poor countries*. Transaction Publishers.
- Carvalho, D. (2014). *Orçamento e Contabilidade Pública*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília. Recuperado em 15 abril, 2020, de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. (3a ed.) Porto Alegre: Artmed, recuperado em 28 de outubro, 2020, de

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536323589/cfi/1!/4/4@0.00:58.1>.

- Costa Junior, I. & Beiruth, A. X. & Monte-Mor, D. S. (2018). Fatores que influenciam a percepção de qualidade dos candidatos políticos: análise na visão do eleitor baixa renda. *Revista Capital Científico - Eletrônica (RCCe)* - ISSN 2177-4153 (unicentro.br) v. 16, p. 95-111, 2018, recuperado em 05 de janeiro, 2021, de <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/4979/html>.
- Cristo-Andrade, S. & Monte-Mor, D. S. (2019). O que Pensam Mulheres Brasileiras e Estadunidenses sobre o Candidato Político?. *Revista interdisciplinar de Gestão Social*. v. 8, n. 1 (2019), recuperado em 29 de dezembro, 2020, de <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/26251/18175>
- Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro 2010 (2010). Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências. O governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Recuperado em 15 abril, 2020, de www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/66829/exec_dec_32598_2010.htm
- Di Francesco, M & Alford, J. (2016). Budget rules and flexibility in the public sector:towards a taxonomy. *Financial Accountability & Management*, 32(2), 0267-4424. <https://doi.org/10.1111/faam.12087>;
- Dias, B.P. & Nossa, V. & Monte-Mor, D. S. (2018). O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro 52(5):880-898, set. - out. 2018. Recuperado em 29 de dezembro, 2020 de www.scielo.br/pdf/rap/v52n5/1982-3134-rap-52-05-880.pdf.
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, 65(2), Published by: The University of Chicago Press Stable Recuperado em 10 de março, 2020 de <https://doi.org/10.1086/257897>
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. D., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Gil, A. C., *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- Gonçalves, L. G. (2015) *A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014*. 2015. 57f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória/ES. Recuperado de <https://fucape.br/producao-academica/repositorio-de-producao-cientifica>

- Grosso, G. V. (2018). Análise do efeito dos ciclos políticos sobre os índices das principais bolsas de valores dos países do G20. 2018. 45f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória/ES.. Recuperado em 10 de março, 2020 de <https://fucape.br/producao-academica/repositorio-de-producao-cientifica>
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica*-5ª edição, Amgh Editora.
- Hair, J. F. Jr., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Tradução de Adonai Schulp Sant'Anna. 6 ed. Porto Alegre: Bookman Editora
- Hibbs, D. A. (1977). Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, Vol. 71, No. 4 , Recuperado em 10 de março, 2020 de : <https://www.jstor.org/stable/1961490>.
- Johanson, A. (2016). LRF e a influência dos fatores políticos na gestão dos recursos públicos: uma análise no resultado primário dos municípios capixabas no período de 1998 a 2013. Recuperado em 06 de janeiro, 2021 de http://legado.fucape.br/_public/producao_cientifica/8/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Alan%20Johanson.pdf.
- Kanayama, R. L. & Tomio, F. R. L. & Robl Filho, I. N. (2017). Impeachment, créditos adicionais do governo federal e o processo decisório orçamentário: um novo dilema para o direito e para a política?, UFPR, Recuperado em 10 de dezembro, 2019 de <https://revistas.ufpr.br/direito/information/librarians>
- Keynes, J. M. (1936) *The General Theory of Employment, Interest and Money*, London: Macmillan (reprinted 2007)
- Klein, F. A., & Sakurai, S. N. (2015). Term limits and political budget cycles at the local level: Evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37 , <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2014.10.008> [Links]
- Lei 4320, de 17 de março de 1964 (1964). Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Recuperado em 15 abril, 2020, de www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm
- Lindblom, C. E. (1959). The science of muddling through. *Public Administration Review*, Vol. 19, Published by: Blackwell Publishing on behalf of the American Society, Recuperado em 19 de março, 2020 de <http://www.jstor.org/stable/973677>.
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) (2018) – 8ª Edição. Recuperado em 04 de novembro, 2020, de https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484

- Marconi, A. M. D. & LAKATOS, M., E. (2020). *Fundamentos de Metodologia Científica*, 8ª edição, Recuperado em 20 de maio, 2020, de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010770/>
- Martins, P., & Correia, L. (2015). Determinantes dos desvios orçamentários nos municípios portugueses. *Revista Portuguesa de estudos Regionais*, (39), Recuperado em 30 de maio, 2020, de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5184196>
- Milanezi, A. R. & Monte-Mor, D. S. (2017). O efeito da utilização de créditos adicionais suplementares na rejeição das contas anuais: Uma análise nos municípios capixabas entre 2008 e 2011. In: Anpcont. Recuperado em 06 de janeiro, 2021 de anpcont.org.br/pdf/2017/CPT675.pdf
- Nakaguma, M. Y. & Bender, S. (2016) .Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais: Um Estudo sobre o Comportamento do Eleitor Brasileiro, RBE , Recuperado em 19 de março, 2020 de <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v64n1/a01v64n1.pdf>
- Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. *The review of economic studies*, 42(2), 169-190, Recuperado em 19 de março, 2020 de doi: <https://dx.doi.org/10.2307/2296528>.
- Ollaik, L.G. & Wenceslau, J. & Serpa, S. M. H.C. & Medeiros, J. J. (2010). Quatro modelos teóricos de relevância para pesquisas orçamentárias no Brasil, Anapg, Recuperado em 11 de março, 2020 de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enapg197.pdf>,.
- Portaria n. 86, de 17 de fevereiro de 2014. Estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação no exercício de 2014 e dá outras providências. Recuperado em 26 de junho, 2020 de <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=23>.
- Portaria n. 702, de 10 de dezembro de 2014. Estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação no exercício de 2015 e dá outras providências. Recuperado em 26 de junho, 2020, de <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=23>.
- Portaria n. 743, de 15 de dezembro de 2015. Estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação no exercício de 2016 e dá outras providências. Recuperado em 26 de junho, 2020, de <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=23>.
- Portaria n. 841, de 21 de dezembro de 2016. Estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação no exercício de 2017 e dá outras providências. Recuperado em 26 de junho, 2020 de <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/conteudo/conteudo.jsf?id=23>.
- Puchale, C. L. & Pereira, O. L. F. & Veloso, G. O. & Feistel, P. R. A influência de ciclos político-econômicos em despesas socioeconômicas dos estados brasileiros de

2003 a 2014. (2020) Recuperado em 07 de janeiro, 2021 de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984..>

Queiroz, D. B. (2015). Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais: Um estudo nos municípios brasileiros. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília, DF, Brasil.

Queiroz, D. B. (2017). Influência do ano eleitoral, da mudança de gestor público e do mandato eleitoral sobre mudanças na composição dos gastos públicos nos estados brasileiros. In: XI Congresso Associação Anual de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Queiroz, D. B. & Morais, L. M. F. & Souza, A. G. S. F. & Silva, V. & Rebouças, K.(2019). Mandatos Eleitorais e Ciclos Político-Orçamentários: Evidências dos Estados Brasileiros, Administração Pública e Gestão Social, vol. 11, núm. 2, 2019, publicado em 01/04/19. Recuperado em 14 de março, 2020, de : <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351558326008>
(<https://www.redalyc.org/jatsRepo/3515/351558326008/351558326008.pdf>)

Ribeiro Filho, A. D. (2011). Os efeitos do período de transição governamental nas contas públicas: uma análise em municípios, estados e união. 2011. 213 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)–Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília/UFPB/UFRN, Brasília, 2011. Recuperado em 24 de maio, 2021 de : <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9283>

Rocha, C. M. C. (2001) Orçamento Público no Brasil: Um Estudo dos Créditos Adicionais. Journal of Accounting, Mannechement and Governace, vol 4, nº2, . Recuperado em 25 de junho, 2020 de https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/220/pdf_46

Rogoff, K. (1990). Equilibrium political budget cycles. The American Economic Review, Vol. 80, . Recuperado em 11 de março, 2020 de <https://www.jstor.org/stable/2006731>

Salles, E. B. M. (2019) O timeliness dos relatórios resumidos de execução orçamentária e os gastos com tecnologia da informação no setor público brasileiro. 2019. 146f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, Vitória, 2019, recuperado em 27 de maio, 2020 de <https://fucape.br/producao-academica/repositorio-de-producao-cientifica>

Santos, S.V. (2011). As consequências, para o orçamento e contabilidade pública, da inscrição e do cancelamento de restos a pagar não processados realizados em capitais estaduais da região do nordeste do Brasil nos exercícios de 2008 e 2009. Recuperado em 20 de maio, 2020 de <https://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/Ambiente/article/viewArticle/942>

- Santos, S. R. T. dos; Alves, T. W. O impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal no desempenho financeiro e na execução orçamentária dos municípios no Rio Grande do Sul de 1997 a 2004. *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 1, p. 181-208, 2011. Recuperado em 13 de maio, 2021 de <https://www.scielo.br/pdf/rap/v45n1/v45n1a09.pdf>
- Scaravelli, J. C. M. (2001). Créditos Adicionais: Importância da Flexibilidade na programação da Despesa Pública. recuperado em 26 de junho, 2020 de <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/110229/CCN0453-M.pdf?sequence=1>
- Swain, J. & Hartley, C. J. (2001). Incrementalism: old but good: In Bartle, J. (org). *Evolving Teories of public budgeting*. Amsterdam: Elsevier, p. 11-28
- Wenceslau, J. & Serpa S. M. H. C. & Medeiros, J. J. (2011) Novas direções para pesquisas orçamentárias no brasil, recuperado em 29 de maio, 2020 de <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/850>
- Wildavsky, A. (1982). Salvando a análise de políticas do método de orçamento-programa. In R. Bromley, & E. Bustelo (orgs). *Política x técnica no planejamento*. Edit. Brasiliense, UNICEF.
- Wildavsky, A. & Dempster, M.; & Davis, O. (1966). A theory of the budgetary process. *American Political Science Review*, September, vol LX, n.8, recuperado em 24 de abril, 2020, de <http://www.jstor.org/stable/1952969>.
- Wooldridge, J. M. (2016). *Introdução à econometria: uma abordagem moderna* (3a ed.) (P. R. S. Lopes e L.M. Koepl, Trad.). São Paulo: Cengage Learning, 2016.